

GT – A AGB- E A REFORMA URBANA

Considerando a história da AGB na Luta pela Reforma Urbana e a necessidade de encontrar formas de divulgar as informações, socializar os conflitos da luta pela terra urbana, e propiciar trocas de informações o Grupo de trabalho após os debates sobre as questões que dizem respeito à Reforma Urbana apresenta as seguintes propostas:

1- Criar, Recriar, Comissão de Urbana na DEN para estimular, fortalecer as comissões locais de Urbana.

Quando não existir comissão local estimular os agebeanos de comissões locais interessados no tema para troca de informações;

Os participantes do Grupo de Trabalho já se colocam a disposição com seus e-mails para as primeiras trocas de informações;

Comissões de Urbana podem agilizar informações para tomada de posições da AGB- (Local e nacional)

b) estabelecer ligação e formas de debates com os que atuam no Fórum da Reforma urbana nos estados, regiões, nacional.

b) com os Conselheiros nacionais, estaduais e municipais que são da AGB;

c) com os demais interessados na questão;

d) divulgar as questões que implicam em problemas para os moradores de cidades e municípios para posicionamentos da entidade;

e) incentivar a participação e debate nas conferências municipais, estaduais e nacional das Cidades;

2- Criar um link no site da AGB Nacional para

a) publicação de matérias, pequenos artigos que facilitem a troca de informações e o conhecimento acumulado sobre a questão;

b) fortalecer os vínculos entre os agebeanos que tratam do tema;

c) fortalecer os vínculos com a sociedade civil

3- Publicar número especial da Revista Terra Livre que trate dos temas da Reforma URBANA;

a) artigos que explicitem as principais questões e informem as contradições e conflitos na apropriação da terra urbana na vida cotidiana

4- **CRIAR oficinas à distância** para os agebeanos e para a comunidade interessada no tema para um efeito multiplicador;

5- **ELEGER, INDICAR** um ou mais representantes que participem de oficinas, de debates, de deliberações conjuntas com o FORUM NACIONAL DE REFORMA URBANA.

6- **Sobre a Abordagem do Espaço Urbano nos Livros Didáticos de Geografia**

A crítica relacionada à abordagem do espaço urbano nos livros didáticos está relacionada a forma descontextualizada e distorcida normalmente encontrada, que inclusive nega ou não aborda a importância da participação da sociedade na definição e organização dos espaços urbanos, na correlação de forças entre governo e sociedade civil. O estudo dos espaços urbanos necessita deste enfoque, tendo em vista o fortalecimento da participação dos sujeitos na construção e definição das políticas de desenvolvimento urbano voltada a população. É necessário também que haja a inserção no estudo dos espaços urbanos de conteúdos que abordem a legislação que estabelece regras de uso do espaço urbano, como o Plano Diretor/ Estatuto da Cidade.

Colocamos como questão interferir para que os Livros Didáticos tenham conteúdo relacionado ao espaço urbano e indicar o significado e o sentido da Reforma Urbana e da Luta pelo Direito à Cidade.

Também é importante lembrar que na produção do espaço urbano, muitos bairros, principalmente, os novos loteamentos possuem apenas a escola como equipamento público, portanto, único espaço em que a política pública como serviço acessível às camadas populares se cumpre.

7^A - Encaminhe-se ao Representante da AGB no Conselho que interceda para que o Ministério da Educação faça parte do Conselho para que se obtenha uma melhor forma de atuação nas informações sobre cidade e urbano e luta pela Reforma Urbana e Direito à Cidade;

8 – Para o Conselho da Cidade que conta com uma representação da AGB – indica-se a necessidade de atuar conjuntamente, meio da Comissão da Urbana, com as seções locais,

a) fortalecer a aliança com os movimentos populares para que o caráter do Conselho Nacional das Cidades seja **DELIBERATIVO**, como consta das resoluções das três conferências nacionais realizadas;

a)articular, por meio das comissões de urbana, os Conselheiros estaduais e municipais da AGB (e/ou geógrafos que tenham sido eleitos por outras representações) as questões que dizem respeito ao interesse dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais.

d)Atuar por meio de atuação local a criação e regulamentação dos Conselhos Municipais em todos os municípios e em todos os Estados e que estes tenham caráter deliberativo e que mantenham a proporção do Conselho Nacional da Cidade (60% da sociedade civil)

d) Atuar para que se alterem ou tenham melhor definição o segmento das entidades acadêmicas, científicas e profissionais onde a AGB está incluída;

e) Necessidade de garantir paridade tanto nos Conselhos Municipais quanto nas Conferências: relação sociedade civil e governo.

9 – Que se procure uma articulação entre com as universidades para que o debate do tema seja efetivado ou continuado.

OUTRAS QUESTÕES QUE ESTÃO RELACIONADAS A REFORMA URBANA

10 – **Incentivar o debate sobre as “regiões” metropolitanas** e a falta de elementos que permitam pensar o espaço urbano na dimensão dos cidadãos que moram nas regiões metropolitanas;

11- **Incentivar o debate para a articulação das problemáticas ambientais e urbanas** em especial em relação as APPS.

12- **manifestar-se** sobre a PEC 53 de 2007 que revoga o Instituto de Terras de Marinha e seus acréscimos. Está em debate no Conselho das Cidades e espera-se que as entidades tenham manifestação contrária a PEC.

13- Incentivar a participação para o debate do PL. 2037/2000 que pretende instituir os “condomínios urbanísticos” que legaliza os condomínios murados. Em debate no Conselho das Cidades e a Conselheira está no GT que debate esta questão.